



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 41, DE 2015

**(Nº 7.919/1999, NA CASA DE ORIGEM,
DE INICIATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO)**

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e das Carreiras dos Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa os valores de sua remuneração; revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Carreiras dos Servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério Público da União passam a ser regidas por esta Lei.

Parágrafo único. Cada ramo do Ministério Público da União tem seu próprio Quadro de Pessoal.

Art. 2º Os Quadros de Pessoal efetivo do Ministério Público da União são compostos pelas seguintes Carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

I - Analista do Ministério Público da União, de nível superior; e

II - Técnico do Ministério Público da União, de nível médio.

Parágrafo único. A Carreira de Auxiliar do Ministério Público da União passa a constituir quadro em extinção, devendo ser extintos ou transformados os seus cargos à medida que vagarem.

Art. 3º Os cargos efetivos das Carreiras referidas no art. 2º desta Lei são estruturados em classes e padrões,

na forma do Anexo I desta Lei, nas diversas áreas de atividades.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos de que trata esta Lei, as áreas de atividades e as suas especialidades serão fixadas em regulamento, nos termos do art. 28 desta Lei.

Art. 4º Integram o Quadro de Pessoal do Ministério Público da União as funções de confiança FC-1 a FC-3 e os cargos em comissão CC-1 a CC-7, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º Cada ramo do Ministério Público da União destinará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão aos integrantes das Carreiras do Ministério Público da União, observados os requisitos de qualificação e experiência previstos em regulamento.

§ 2º Será publicado semestralmente no Diário Oficial da União quadro-resumo contendo informações sobre a ocupação das funções de confiança e dos cargos em comissão.

Art. 5º No âmbito do Ministério Público da União, é vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções de confiança de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor ocupante, no âmbito do mesmo ramo do Ministério Público, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das

Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para o exercício perante o membro ou servidor determinante da incompatibilidade.

CAPÍTULO II DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 6º O ingresso nos cargos das Carreiras de Servidores do Ministério Público da União far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas, inclusive prova prática e de capacidade física, se for o caso, ou de provas e títulos.

Parágrafo único. O Ministério Público da União poderá incluir, como etapa do concurso público, programa de formação de caráter eliminatório ou eliminatório e classificatório, bem como exame psicotécnico de caráter eliminatório, na forma prevista em regulamento e no edital do concurso público.

Art. 7º São requisitos de escolaridade para ingresso:

I - para o cargo de Analista, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, com habilitação legal específica, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei;

II - para o cargo de Técnico, certificado de conclusão de ensino médio e, se for o caso, habilitação legal específica, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos neste artigo, poderão ser exigidos formação especializada,

experiência e registro profissional previstos em regulamento e constantes do edital do concurso público.

CAPÍTULO III DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 8º O desenvolvimento do servidor na Carreira ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º A progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento, e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

§ 2º A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação oferecidos, preferencialmente, pelo órgão, na forma prevista em regulamento.

§ 3º A progressão funcional e a promoção não acarretarão mudança de cargo.

CAPÍTULO IV DA MOVIMENTAÇÃO

Art. 9º Ao servidor integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União será permitida movimentação, a critério do Chefe do Ministério Público da União, para ocupação de vagas, nas diversas unidades administrativas, consoante os seguintes critérios:

I - concurso de remoção, a ser realizado de forma a atender a conveniência e oportunidade da administração;

II - permuta, em qualquer período do ano, entre dois ou mais servidores das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União.

§ 1º O servidor cuja lotação for determinada em provimento inicial de cargo da Carreira deverá permanecer na unidade administrativa em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano, só podendo ser removido nesse período no interesse da Administração.

§ 2º O servidor removido por concurso de remoção ou por permuta deverá permanecer na unidade administrativa em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano.

§ 3º O Procurador-Geral da República regulamentará a movimentação de servidores no âmbito do Ministério Público da União.

§ 4º É vedada a movimentação de servidores, na forma deste artigo, entre o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público.

CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO

Art. 10. A remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União é composta pelo vencimento básico do cargo e pela Gratificação de Atividade do Ministério Público da União - GAMPU, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 11. Os vencimentos básicos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União são os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 12. A diferença entre o vencimento fixado no Anexo II desta Lei e a decorrente da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, será implementada em parcelas sucessivas, não cumulativas, observada a seguinte razão:

I - 20% (vinte por cento), a partir de 1º de julho de 2015;

II - 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2015;

III - 55% (cinquenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2016;

IV - 70% (setenta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2016;

V - 85% (oitenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2017;

VI - integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2017.

Art. 13. A Gratificação de Atividade do Ministério Público da União será calculada mediante aplicação do

percentual de 90% (noventa por cento), incidente sobre o vencimento básico estabelecido no Anexo II desta Lei.

§ 1º Os integrantes das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União que perceberem integralmente a retribuição do cargo em comissão constante do Anexo IV desta Lei não perceberão a gratificação de que trata este artigo.

§ 2º Os servidores ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração pública e os servidores requisitados não perceberão a gratificação de que trata este artigo.

§ 3º O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União cedido, com fundamento nos incisos I e II do *caput* do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não perceberá, durante o afastamento, a gratificação de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 14. O Adicional de Qualificação - AQ é destinado aos integrantes das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União portadores de títulos, diplomas ou certificados de ações de treinamento, graduação ou pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, nos termos do regulamento próprio.

§ 1º O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, só serão considerados os cursos reconhecidos ou ministrados por instituições de ensino credenciadas e reconhecidas pelo

Ministério da Educação, na forma da legislação específica, ou fornecidos pela Escola Superior do Ministério Público da União, ressalvadas as ações de treinamento.

§ 3º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* serão admitidos desde que com duração mínima de trezentas e sessenta horas.

§ 4º O Adicional de Qualificação - AQ somente será considerado no cálculo dos proventos e das pensões se o título ou o diploma forem anteriores à data da inativação, excetuado, ainda, do cômputo o disposto no inciso V do art. 15 desta Lei.

Art. 15. O Adicional de Qualificação - AQ incidirá sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, observados os seguintes percentuais:

I - 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento), aos portadores de título de Doutor;

II - 10% (dez por cento), aos portadores de título de Mestre;

III - 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), aos portadores de Certificado de Especialização;

IV - 5% (cinco por cento), aos portadores de diploma de curso superior;

V - 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), para cada conjunto de ações de treinamento que totalize pelo menos cento e vinte horas, observado o limite máximo de 5% (cinco por cento).

§ 1º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV do *caput* deste artigo.

§ 2º Os coeficientes relativos às ações de treinamento previstas no inciso V do *caput* deste artigo serão aplicados pelo prazo de quatro anos, a contar da data de conclusão da última ação que totalizou o mínimo de cento e vinte horas.

§ 3º O adicional de qualificação será devido a partir do dia da apresentação do título, diploma ou certificado.

§ 4º O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União cedido, com fundamento nos incisos I e II do *caput* do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não perceberá, durante o afastamento, o adicional de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 16. A Gratificação de Perícia e a Gratificação de Projeto, ambas no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal, são devidas, respectivamente, ao servidor:

I - integrante da Carreira de Analista, de qualquer especialidade, durante o período em que desenvolver perícia de campo ou perícia com análise de documentação fora do ambiente da sede do trabalho, por prazo determinado, mediante prévia e específica designação do Procurador-Geral de cada ramo do Ministério Público da União ou do órgão colegiado de coordenação e revisão, com o objetivo de subsidiar a atuação institucional em procedimento administrativo ou processo judicial;

II - designado para desenvolver e implementar projeto de especial interesse da administração pela autoridade superior da entidade.

§ 1º As gratificações de serviço previstas neste artigo não poderão ser percebidas cumulativamente entre si e não podem ser acumuladas com o pagamento de hora extra.

§ 2º Os servidores sem vínculo efetivo com o Ministério Público da União ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança farão jus à gratificação de que trata o inciso II deste artigo no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do primeiro padrão do vencimento básico mensal da Carreira de Analista ou da Carreira de Técnico, respectivamente.

§ 3º O Procurador-Geral da República regulamentará as gratificações de perícia e de projeto, podendo estabelecer limite de tempo de percepção e condições para a concessão.

Art. 17. A Gratificação de Atividade de Segurança - GAS é devida ao servidor que exerça funções de segurança e esteja em efetivo exercício em órgão ou unidade de segurança institucional.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal do servidor, no caso do desempenho de atividades com uso de arma de fogo, e de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico mensal do servidor nos demais casos.

§ 2º A gratificação de que trata este artigo é devida, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico mensal, aos servidores que, sob designação

do Procurador-Geral da República ou da autoridade delegada, atuem em órgão ou unidade de pesquisa e análise de informação para subsidiar a atuação institucional dos membros do Ministério Público da União.

§ 3º Os servidores sem vínculo efetivo com o Ministério Público da União ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança farão jus à gratificação de que trata este artigo, no percentual concernente que incidirá no primeiro padrão do vencimento básico mensal da Carreira de Analista ou da Carreira de Técnico, respectivamente.

§ 4º A percepção da gratificação de que trata este artigo poderá ser condicionada à aprovação do servidor em teste de aptidão e em curso de atualização, com periodicidade e critérios definidos em regulamento.

Art. 18. A retribuição pelo exercício de função de confiança, de cargo em comissão e de cargo de natureza especial é a constante, respectivamente, dos Anexos III, IV e V desta Lei.

§ 1º Os valores fixados nos Anexos III, IV e V desta Lei terão efeitos financeiros a partir de sua publicação.

§ 2º Ao servidor integrante das Carreiras de que trata esta Lei e ao cedido ao Ministério Público da União, investidos em cargo em comissão ou em cargo de natureza especial, é facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida de 65% (sessenta e cinco por cento) dos valores fixados no Anexo IV ou no Anexo V desta Lei.

CAPÍTULO VI DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em regulamento, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas, ressalvados, sem prejuízo da remuneração:

I - os cargos privativos de médico, que têm jornada semanal de vinte horas;

II - os cargos da área de saúde, que têm jornada semanal de trinta horas.

Parágrafo único. O Procurador-Geral da República regulamentará o controle da jornada de trabalho, preferencialmente por meio eletrônico, com utilização do regime de banco de horas, sobreaviso e escala, assim como estabelecerá os limites de horas extras mensais e anuais relativos aos servidores do Ministério Público da União, observada a disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Os Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União corresponderão ao número de cargos efetivos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e de funções de confiança e cargos comissionados, providos e vagos, criados por lei e existentes na data da publicação desta Lei.

§ 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Ministério Público da União, os cargos de natureza especial de Secretário-Geral e de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral

da República, com a retribuição constante do Anexo V desta Lei.

§ 2º Fica criado, no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, o cargo de natureza especial de Secretário-Geral, com a retribuição constante do Anexo V desta Lei.

Art. 21. Aos servidores efetivos, requisitados e sem vínculo do Ministério Público da União é vedado o exercício da advocacia e de consultoria técnica, ressalvado o disposto no art. 29 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 22. Os ramos do Ministério Público da União fixarão em ato próprio a distribuição dos cargos efetivos, funções de confiança e cargos em comissão nas unidades componentes de sua estrutura.

§ 1º Os Procuradores-Gerais de cada ramo de que trata este artigo ficam autorizados a transformar, sem aumento de despesa e sem majoração de quantitativos físicos previstos em lei, no âmbito de suas competências, as funções de confiança e os cargos em comissão de seu Quadro de Pessoal, bem como a lhes alterar a denominação específica, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

§ 2º A transformação prevista no § 1º somente produzirá efeitos após sua comunicação formal ao Procurador-Geral da República.

Art. 23. Serão aplicadas aos servidores do Ministério Público da União as revisões gerais de salários dos servidores públicos federais.

Art. 24. Nenhuma redução de remuneração poderá resultar da aplicação desta Lei, assegurada ao servidor a

percepção da diferença como vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por quaisquer reajustes subsequentes.

Art. 25. O servidor afastado para cursar pós-graduação, no País ou no exterior, com ônus total ou parcial para a instituição, somente poderá desligar-se do Ministério Público da União transcorrido o dobro do prazo de afastamento, salvo se ressarcir a remuneração percebida no período e as despesas decorrentes.

Art. 26. Caberá a cada ramo do Ministério Público da União, no âmbito de sua competência, instituir Programa Permanente de Capacitação destinado à formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional, bem como ao desenvolvimento gerencial, visando à preparação dos servidores para desempenharem de modo mais efetivo as suas atribuições.

Art. 27. As carteiras de identidade funcional emitidas pelos ramos do Ministério Público da União têm fé pública em todo o território nacional.

Parágrafo único. Aos servidores do Ministério Público da União cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança será conferida a denominação de Inspetor e Agente de Segurança Institucional, para fins de identificação funcional, nos termos do regulamento.

Art. 28. O Procurador-Geral da República regulamentará o disposto nesta Lei, ouvidas as entidades sindicais, cabendo a cada ramo do Ministério Público da União expedir instruções complementares necessárias à sua aplicação.

Art. 29. Aplica-se o disposto nesta Lei às Carreiras dos Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, correndo as despesas resultantes de sua aplicação às dotações orçamentárias próprias do órgão.

§ 1º O Quadro de Pessoal efetivo do Conselho Nacional do Ministério Público é composto pelas seguintes Carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

I - Analista do Conselho Nacional do Ministério Público;

II - Técnico do Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2º O Procurador-Geral da República submeterá ao Congresso Nacional projeto de lei para dispor sobre as Carreiras do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 3º A gratificação prevista no inciso I do art. 16 é devida aos Analistas designados pelo Conselho Nacional do Ministério Público para realização de atividade de controle externo fora do ambiente da sede de trabalho, na forma prevista em regulamento.

§ 4º Os servidores do Conselho Nacional do Ministério Público poderão aderir a plano de saúde gerido pelos ramos do Ministério Público da União, mediante transferência dos valores descontados em folha e descentralização de recursos pelo Conselho, para a cobertura das despesas correspondentes.

Art. 30. O disposto nesta Lei aplica-se aos aposentados e pensionistas, nos termos do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 31. As despesas resultantes da execução desta Lei correm à conta das dotações consignadas ao Ministério Público da União e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 32. A eficácia do disposto nesta Lei fica condicionada à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação prévia, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, e ao atendimento das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Fica revogada a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

ANEXO I

CARGO	CLASSE	PADRÃO
ANALISTA	C	13
		12
		11
		10
		9
	B	8
		7
		6
		5
		4
	A	3
		2
		1
TÉCNICO	C	13
		12
		11
		10
		9
	B	8
		7
		6
		5
		4
	A	3
		2
		1
		13
		12

AUXILIAR	C	11
		10
		9
	B	8
		7
		6
		5
		4
	A	3
		2
		1

ANEXO II

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA	C	13	10.883,07
		12	10.529,70
		11	10.187,80
		10	9.857,00
		9	9.536,95
	B	8	9.227,28
		7	8.927,67
		6	8.637,79
		5	8.357,32
		4	8.085,96
	A	3	7.823,41
		2	7.569,38
		1	7.323,60
TÉCNICO	C	13	6.633,12
		12	6.405,67
		11	6.186,02
		10	5.973,90
		9	5.769,06
	B	8	5.571,24
		7	5.380,20
		6	5.195,72
		5	5.017,55
		4	4.845,50
	A	3	4.679,35
		2	4.518,90
		1	4.363,94
AUXILIAR	C	13	3.928,39
		12	3.793,69
		11	3.663,60
		10	3.537,98
		9	3.416,66
	B	8	3.299,50
		7	3.186,36
		6	3.077,10

		5	2.971,59
		4	2.869,69
	A	3	2.771,29
		2	2.676,27
		1	2.584,50

ANEXO III

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	VALOR (R\$)
FC-3	1.943,87
FC-2	1.362,81
FC-1	1.172,05

ANEXO IV

CARGO EM COMISSÃO	VALOR (R\$)
CC-7	14.608,45
CC-6	12.940,65
CC-5	11.383,43
CC-4	9.932,33
CC-3	7.785,36
CC-2	7.045,90
CC-1	4.915,70

ANEXO V

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	VALOR (R\$)
Secretário-Geral do Ministério Público da União	16.272,25
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República	16.272,25
Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público	16.272,25

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.919/2014

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e das Carreiras dos Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, fixa os valores de sua remuneração, revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Carreiras dos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério Público da União passam a ser regidas por esta Lei.

Parágrafo único. Cada ramo do Ministério Público da União tem seu próprio Quadro de Pessoal.

Art. 2º Os Quadros de Pessoal efetivo do Ministério Público da União são compostos pelas seguintes Carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

- I - Analista do Ministério Público da União, de nível superior; e
- II - Técnico do Ministério Público da União, de nível médio.

Parágrafo único. A carreira de Auxiliar do Ministério Público da União passa a constituir quadro em extinção, devendo ser extintos ou transformados os seus cargos à medida que vagarem.



Art. 3º Os cargos efetivos das Carreiras referidas no art. 2º desta Lei são estruturados em Classes e Padrões, na forma do Anexo I desta Lei, nas diversas áreas de atividades.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos de que trata esta Lei, as áreas de atividades e as suas especialidades serão fixadas em regulamento, nos termos do art. 29 desta Lei.

Art. 4º Integram o Quadro de Pessoal do Ministério Público da União as funções de confiança FC-1 a FC-3 e os cargos em comissão CC-1 a CC-7, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º Cada ramo do Ministério Público da União destinará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão aos integrantes das Carreiras do Ministério Público da União, observados os requisitos de qualificação e experiência previstos em regulamento.

§ 2º Será publicado semestralmente no Diário Oficial da União quadro-resumo contendo informações sobre a ocupação das funções de confiança e dos cargos em comissão.

Art. 5º No âmbito do Ministério Público da União, é vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções de confiança de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor ocupante, no âmbito do mesmo ramo do Ministério Público, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para o exercício perante o membro ou servidor determinante da incompatibilidade.

CAPÍTULO II DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 6º O ingresso nos cargos das Carreiras de Servidores do Ministério Público da União far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas, inclusive prova prática e de capacidade física, se for o caso, ou de provas e títulos.

Parágrafo único. O Ministério Público da União poderá incluir, como etapa do concurso público, programa de formação de caráter eliminatório ou eliminatório e classificatório, bem como exame psicotécnico de caráter eliminatório, na forma prevista em regulamento e no edital do concurso público.

Art. 7º São requisitos de escolaridade para ingresso:

I - para o cargo de Analista, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, com habilitação legal específica, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei;

II - para o cargo de Técnico, certificado de conclusão de ensino médio e, se for o caso, habilitação legal específica, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei.



Parágrafo único. Além dos requisitos previstos neste artigo, poderá ser exigida formação especializada, experiência e registro profissional previstos em regulamento e constantes do edital do concurso público.

CAPÍTULO III DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 8º O desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º A progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento, e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

§ 2º A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação oferecidos, preferencialmente, pelo órgão, na forma prevista em regulamento.

§ 3º A progressão funcional e a promoção não acarretarão mudança de cargo.

CAPÍTULO IV DA MOVIMENTAÇÃO

Art. 9º Ao servidor integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União será permitida movimentação, a critério do Chefe do Ministério Público da União, para ocupação de vagas, nas diversas unidades administrativas, consoante os seguintes critérios:

I - concurso de remoção, a ser realizado de forma a atender a conveniência e oportunidade da Administração;

II - permuta, em qualquer período do ano, entre dois ou mais servidores das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União.

§ 1º O servidor cuja lotação for determinada em provimento inicial de cargo da carreira deverá permanecer na unidade administrativa em que foi lotado pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, só podendo ser removido nesse período no interesse da Administração.

§ 2º O servidor removido por concurso de remoção ou por permuta deverá permanecer na unidade administrativa em que foi lotado, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 3º O Procurador-Geral da República regulamentará a movimentação de servidores no âmbito do Ministério Público da União.

§ 4º É vedada a movimentação de servidores, na forma deste artigo, entre o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público.



CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO

Art. 10. A remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União é composta pelo vencimento básico do cargo e pela Gratificação de Atividade do Ministério Público da União - GAMPU, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 11. Os vencimentos básicos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União são os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 12. A diferença entre o vencimento fixado no Anexo II desta Lei e a decorrente da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, será implementada em parcelas sucessivas, não cumulativas, observada a seguinte razão:

- I - 20% (vinte por cento), a partir de 1º de julho de 2015;
- II - 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2015;
- III - 55% (cinquenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2016;
- IV - 70% (setenta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2016;
- V - 85% (oitenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2017;
- VI - integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2017.

Art. 13. A Gratificação de Atividade do Ministério Público da União será calculada mediante aplicação do percentual de 90% (noventa por cento), incidente sobre o vencimento básico estabelecido no Anexo II desta Lei.

§ 1º Os integrantes das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União que perceberem integralmente a retribuição do cargo em comissão, constante do Anexo IV desta Lei, não perceberão a gratificação de que trata este artigo.

§ 2º Os servidores ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública e os servidores requisitados não perceberão a gratificação de que trata este artigo.

§ 3º O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União cedido, com fundamento nos incisos I e II do caput do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não perceberá, durante o afastamento, a gratificação de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 14. O Adicional de Qualificação - AQ é destinado aos integrantes das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União portadores de títulos, diplomas ou certificados de ações de treinamento, graduação ou pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, nos termos do regulamento próprio.

§ 1º O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, só serão considerados os cursos reconhecidos ou ministrados por instituições de ensino credenciadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação, na forma da legislação específica, ou fornecidos pela Escola Superior do Ministério Público da União, ressalvadas as ações de treinamento.



§ 3º Os cursos de pós-graduação lato sensu serão admitidos desde que com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

§ 4º O Adicional de Qualificação - AQ somente será considerado no cálculo dos proventos e das pensões se o título ou o diploma forem anteriores à data da inativação, excetuado, ainda, do cômputo o disposto no inciso V do art. 15 desta Lei.

Art. 15. O Adicional de Qualificação - AQ incidirá sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, observados os seguintes percentuais:

- I - 12,5% (doze vírgula cinco por cento), aos portadores de título de Doutor;
- II - 10% (dez por cento), aos portadores de título de Mestre;
- III - 7,5% (sete vírgula cinco por cento), aos portadores de Certificado de Especialização;
- IV - 5% (cinco por cento), aos portadores de diploma de curso superior;
- V - 2,5% (dois vírgula cinco por cento), para cada conjunto de ações de treinamento que totalize pelo menos 120 (cento e vinte) horas, observado o limite máximo de 5% (cinco por cento).

§ 1º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV do caput deste artigo.

§ 2º Os coeficientes relativos às ações de treinamento, previstas no inciso V do caput deste artigo, serão aplicados pelo prazo de 4 (quatro) anos, a contar da data de conclusão da última ação que totalizou o mínimo de 120 (cento e vinte) horas.

§ 3º O adicional de qualificação será devido a partir do dia da apresentação do título, diploma ou certificado.

§ 4º O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União cedido, com fundamento nos incisos I e II do caput do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não perceberá, durante o afastamento, o adicional de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 16. A Gratificação de Perícia e a Gratificação de Projeto, ambas no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal, são devidas, respectivamente, ao servidor:

I - integrante da carreira de Analista, de qualquer especialidade, durante o período em que desenvolver perícia de campo ou perícia com análise de documentação fora do ambiente da sede do trabalho, por prazo determinado, mediante prévia e específica designação do Procurador-Geral de cada ramo do Ministério Público da União ou do órgão colegiado de coordenação e revisão, com o objetivo de subsidiar a atuação institucional em procedimento administrativo ou processo judicial;

II - que for designado para desenvolver e implementar projeto de especial interesse da Administração, pela autoridade superior da entidade.

§ 1º As gratificações de serviço previstas neste artigo não poderão ser percebidas cumulativamente entre si e não podem ser acumuladas com o pagamento de hora extra.

§ 2º Os servidores sem vínculo efetivo com o Ministério Público da União ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança farão jus à gratificação de que

trata o inciso II deste artigo no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do primeiro padrão do vencimento básico mensal da carreira de Analista ou da carreira de Técnico, respectivamente.

§ 3º O Procurador-Geral da República regulamentará as gratificações de perícia e de projeto, podendo estabelecer limite de tempo de percepção e condições para a concessão.

Art. 17. A Gratificação de Atividade de Segurança – GAS é devida ao servidor que exerça funções de segurança e esteja em efetivo exercício em órgão ou unidade de segurança institucional.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal do servidor, no caso do desempenho de atividades com uso de arma de fogo, e de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico mensal do servidor nos demais casos.

§ 2º A gratificação de que trata este artigo é devida, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico mensal, aos servidores que, sob designação do Procurador-Geral da República ou da autoridade delegada, atuem em órgão ou unidade de pesquisa e análise de informação para subsidiar a atuação institucional dos membros do Ministério Público da União.

§ 3º Os servidores sem vínculo efetivo com o Ministério Público da União ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança farão jus à gratificação de que trata este artigo, no percentual concernente que incidirá no primeiro padrão do vencimento básico mensal da carreira de Analista ou da carreira de Técnico, respectivamente.

§ 4º A percepção da gratificação de que trata este artigo poderá ser condicionada à aprovação do servidor em teste de aptidão e em curso de atualização, com periodicidade e critérios definidos em regulamento.

Art. 18. A retribuição pelo exercício de função de confiança, de cargo em comissão e de cargo de natureza especial é a constante, respectivamente, dos Anexos III, IV e V desta Lei.

§ 1º Os valores fixados nos Anexos III, IV e V desta Lei terão efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015.

§ 2º Ao servidor integrante das Carreiras de que trata esta Lei e ao cedido ao Ministério Público da União, investidos em Cargo em Comissão ou em Cargo de Natureza Especial, é facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida de 65% (sessenta e cinco por cento) dos valores fixados no Anexo IV ou no Anexo V desta Lei.

CAPÍTULO VI DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em regulamento, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas, ressalvados, sem prejuízo da remuneração:

I - os cargos privativos de médico, que têm jornada semanal de vinte horas;



II - os cargos da área de saúde, que têm jornada semanal de trinta horas.

Parágrafo único. O Procurador-Geral da República regulamentará o controle da jornada de trabalho, preferencialmente por meio eletrônico, com utilização do regime de banco de horas, sobreaviso e escala, assim como estabelecerá os limites de horas extras mensais e anuais relativos aos servidores do Ministério Público da União, observada a disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Os Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União corresponderão ao número de cargos efetivos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e de funções de confiança e cargos comissionados, providos e vagos, criados por lei e existentes na data da publicação desta Lei.

§ 1º Ficam criados, no quadro do Ministério Público da União, os cargos de natureza especial de Secretário-Geral e de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República, com a retribuição constante do Anexo V desta Lei.

§ 2º Fica criado, no quadro do Conselho Nacional do Ministério Público, o cargo de natureza especial de Secretário-Geral, com a retribuição constante do Anexo V desta Lei.

Art. 21. Aos servidores efetivos, requisitados e sem vínculo do Ministério Público da União é vedado o exercício da advocacia e de consultoria técnica, ressalvado o disposto no art. 29 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 22. Os ramos do Ministério Público da União fixarão em ato próprio a distribuição dos cargos efetivos, funções de confiança e cargos em comissão nas Unidades componentes de sua estrutura.

§ 1º Os Procuradores-Gerais de cada ramo de que trata este artigo ficam autorizados a transformar, sem aumento de despesa e sem majoração de quantitativos físicos previstos em lei, no âmbito de suas competências, as funções de confiança e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, bem como lhes alterar a denominação específica, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

§ 2º A transformação prevista no parágrafo anterior somente produzirá efeitos após sua comunicação formal ao Procurador-Geral da República.

Art. 23. Serão aplicadas aos servidores do Ministério Público da União as revisões gerais de salários dos servidores públicos federais.

Art. 24. Nenhuma redução de remuneração poderá resultar da aplicação desta Lei, assegurada ao servidor a percepção da diferença como vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por quaisquer reajustes subsequentes.

Art. 25. O servidor afastado para cursar pós-graduação, no país ou no exterior, com ônus total ou parcial para a instituição, só poderá se desligar do Ministério Público da União transcorrido o dobro do prazo de afastamento, salvo se ressarcir a remuneração percebida no período e as despesas decorrentes.



Art. 26. Caberá a cada ramo do Ministério Público da União, no âmbito de sua competência, instituir Programa Permanente de Capacitação destinado à formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional, bem como ao desenvolvimento gerencial, visando à preparação dos servidores para desempenharem de modo mais efetivo as suas atribuições.

Art. 27. As carteiras de identidade funcional, emitidas pelos ramos do Ministério Público da União, têm fé pública em todo território nacional.

Parágrafo único. Aos servidores do Ministério Público da União cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança será conferida a denominação de Inspetor e Agente de Segurança Institucional, para fins de identificação funcional, nos termos do regulamento.

Art. 28. As atividades de transporte administrativo, secretariado, recepção, reprografia, telecomunicações e suporte e atendimento em Tecnologia da Informação, ainda quando parcialmente abrangidas nas categorias profissionais desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, observados os seguintes critérios, além das exigências previstas no regulamento:

I - não podem ser objeto de execução indireta atividades idênticas àquelas desempenhadas por servidores na mesma unidade administrativa, salvo se houver distinção de grau, destinatário ou se a atividade for meramente instrumental ao núcleo de atribuições do cargo;

II - a contratação nas hipóteses deste artigo deve decorrer de justificativa devidamente aprovada pela autoridade superior, com observância das regras licitatórias cabíveis.

Parágrafo único. Os trabalhadores de empresas contratadas com suporte neste artigo não farão jus a equiparação de nenhuma espécie com os servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Ministério Público da União.

Art. 29. O Procurador-Geral da República regulamentará o disposto nesta Lei, ouvidas as entidades sindicais, cabendo a cada ramo do Ministério Público da União expedir instruções complementares necessárias à sua aplicação.

Art. 30. Aplica-se o disposto nesta Lei às Carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, correndo as despesas resultantes de sua aplicação às dotações orçamentárias próprias do órgão.

§ 1º O Quadro de Pessoal efetivo do Conselho Nacional do Ministério Público é composto pelas seguintes Carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

I - Analista do Conselho Nacional do Ministério Público;

II - Técnico do Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2º O Procurador-Geral da República submeterá ao Congresso Nacional projeto de lei para dispor sobre as carreiras do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público.



§ 3º A gratificação prevista no inciso I do art. 16 é devida aos Analistas designados pelo Conselho Nacional do Ministério Público para realização de atividade de Controle Externo fora do ambiente da sede de trabalho, na forma prevista em regulamento.

§ 4º Os servidores do Conselho Nacional do Ministério Público poderão aderir a Plano de Saúde gerido pelos ramos do Ministério Público da União, mediante transferência dos valores descontados em folha e descentralização de recursos, pelo Conselho, para a cobertura das despesas correspondentes.

Art. 31. O disposto nesta Lei aplica-se aos aposentados e pensionistas, nos termos do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 32. As despesas resultantes da execução desta Lei correm à conta das dotações consignadas ao Ministério Público da União e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 33. A eficácia do disposto nesta Lei fica condicionada ao atendimento do § 1º do art. 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 34. Revoga-se a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a large, sweeping loop.

ANEXO I

CARGO	CLASSE	PADRÃO
ANALISTA	C	13
		12
		11
		10
		9
	B	8
		7
		6
		5
		4
	A	3
		2
		1
TÉCNICO	C	13
		12
		11
		10
		9
	B	8
		7
		6
		5
		4
	A	3
		2
		1
AUXILIAR	C	13
		12
		11
		10
		9
	B	8
		7
		6
		5

		4
	A	3
		2
		1

Handwritten signature

ANEXO II

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA	C	13	10.883,07
		12	10.529,70
		11	10.187,80
		10	9.857,00
		9	9.536,95
	B	8	9.227,28
		7	8.927,67
		6	8.637,79
		5	8.357,32
		4	8.085,96
	A	3	7.823,41
		2	7.569,38
		1	7.323,60
TÉCNICO	C	13	6.633,12
		12	6.405,67
		11	6.186,02
		10	5.973,90
		9	5.769,06
	B	8	5.571,24
		7	5.380,20
		6	5.195,72
		5	5.017,55
		4	4.845,50
	A	3	4.679,35
		2	4.518,90
		1	4.363,94
AUXILIAR	C	13	3.928,39
		12	3.793,69
		11	3.663,60
		10	3.537,98
		9	3.416,66
	B	8	3.299,50
		7	3.186,36
		6	3.077,10
		5	2.971,59
		4	2.869,69
	A	3	2.771,29
		2	2.676,27
		1	2.584,50



ANEXO III

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	VALOR (R\$)
FC-3	R\$ 1.943,87
FC-2	R\$ 1.362,81
FC-1	R\$ 1.172,05

ANEXO IV

CARGO EM COMISSÃO	VALOR (R\$)
CC-7	R\$ 14.608,45
CC-6	R\$ 12.940,65
CC-5	R\$ 11.383,43
CC-4	R\$ 9.932,33
CC-3	R\$ 7.785,36
CC-2	R\$ 7.045,90
CC-1	R\$ 4.915,70

ANEXO V

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	VALOR (R\$)
Secretário-Geral do Ministério Público da União	R\$ 16.272,25
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República	R\$ 16.272,25
Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público	R\$ 16.272,25



JUSTIFICAÇÃO

O Ministério Público é instituição permanente, dotada de autonomia funcional, administrativa e financeira, em consonância com o disposto no art. 127, § 2º, da Constituição da República.

O presente Projeto de Lei é de grande relevância, pois tem como objetivo reestruturar as Carreiras dos servidores do Ministério Público da União, atualmente regida pela Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

A proposição foi oriunda de estudos, elaborados por representantes de áreas técnicas com atuação nacional, para a implantação do plano de cargos e salários dos servidores do Ministério Público da União. Ela objetivou aprimorar as políticas e as diretrizes estabelecidas para a gestão de pessoas, além de buscar solucionar os principais problemas relacionados à questão remuneratória, corrigir distorções atuais da carreira e valorizar o corpo funcional dos servidores do Ministério Público da União, cuja estrutura remuneratória se mostra defasada em relação a outras carreiras públicas.

Considerando que a Lei vigente regulamenta de forma específica o ingresso, a promoção e o desenvolvimento na carreira dos servidores, uma parte significativa dos dispositivos encontram-se reproduzidos no corpo da proposta ora submetida, inclusive a reorganização produzida pela Lei nº 12.773, de 28 de dezembro de 2012, que fixou em treze padrões a tabela de vencimentos.

Dentre os pontos que merecem destaque, consta a denominação de Inspetor e Agente de Segurança Institucional, para fins de identificação funcional, ao servidor do Ministério Público da União cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança, em consonância com a Carreira do Poder Judiciário, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Por oportuno, outra alteração proposta condiz com a concessão das gratificações previstas aos servidores, visto que, em geral, foram disciplinadas de forma a delimitar os critérios para fins de percepção e evitar seu pagamento indiscriminado. Nesse sentido, o Projeto de Lei estende a Gratificação de Projeto aos servidores designados da carreira de Técnico e estabelece a redução do percentual base correspondente à Gratificação de Atividade de Segurança devida ao servidor em efetivo exercício em órgão ou unidade de segurança institucional quando não houver o uso de arma de fogo, bem como sua concessão aos servidores designados para atividades de pesquisa e análise de informação para subsidiar a atuação institucional dos membros do Ministério Público da União.



Verifica-se, ainda, a redução do prazo para participação no concurso de remoção de servidores, em que passará a ser exigido somente um ano de lotação na unidade administrativa, garantindo a continuidade do serviço público. A mudança não resulta em impacto financeiro.

Impende consignar a atualização dos Anexos III e IV, em que estabelecem os novos valores das funções de confiança e dos cargos em comissão, de modo a recompor as perdas sofridas e estabelecer perspectivas e incentivos de desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, adotou-se um reajuste de 15% sobre as funções de confiança, para fins de recomposição inflacionária, o qual foi concedido de forma linear às diversas carreiras do Poder Executivo.

No que concerne aos cargos em comissão, a proposta ora apresentada reajusta em 25% os valores da CC-7 a CC-4 e em 5,3% os valores da CC-3 a CC-1 apresentados no Projeto de Lei nº 6.697/2009, equiparando-se ao mesmo percentual aplicado de forma escalonada aos cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS do Poder Executivo, constantes da Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012, inclusive com a última parcela a ser implementada em janeiro do exercício de 2015.

O projeto cria os cargos de natureza especial de Secretário-Geral e de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República. A razão da discriminação específica é dar-lhes maior transparência, reconhecendo-lhes o caráter político e estratégico no quadro da Instituição, ao tempo em que viabiliza maior controle público sobre sua atuação – a exemplo do disposto na Deliberação nº 2, de 1º de dezembro de 2006, do Banco Central, que classifica os ocupantes desses cargos como pessoas politicamente expostas.

A proposta autoriza, ainda, a terceirização de certas atividades-meio, ainda que haja abrangência das atividades terceirizáveis nas atribuições das carreiras de que trata este Plano. Essa autorização é extremamente relevante, porque a enorme capilaridade do Ministério Público da União – situado em centenas de municípios no território nacional – impede que se dê tratamento equivalente a todas as situações. Assim, em algumas cidades há possibilidade de terceirização parcial do serviço, enquanto noutras, devido à ausência de empresas interessadas ou em condições de prestar os serviços com preços razoáveis, é preciso que servidores efetivos desenvolvam as mesmas atividades, notadamente nas regiões de fronteira e na Amazônia Legal.

Dessa maneira, em homenagem à eficiência, à economicidade e obedecendo aos preceitos do Decreto-Lei nº 200/67, a realidade que se impõe reclama que sejam mantidas no quadro funcional do órgão, em decorrência de situações específicas que



tornam impraticável a execução indireta em todas as unidades do Ministério Público da União.

Cumpre ressaltar que as normas relativas às Carreiras dos servidores do Ministério Público da União, constantes da proposta, aplicar-se-ão ao Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, cabendo ao Procurador-Geral da República, em ato posterior, submeter ao Congresso Nacional projeto de lei que disponha sobre a respectiva carreira do órgão.

Por fim, impende registrar que, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal para o Ministério Público da União, nesse caso considerado o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar, não poderá exceder 0,6% da Receita Corrente Líquida - RCL em cada período de apuração.

Assim, informe-se que desde 2009 o referido índice de despesa com pessoal tem apresentado valores decrescentes, reduzindo de 0,43% no referido ano para 0,35% em 2012, e apuração em 0,38% no primeiro trimestre de 2014, o que demonstra que o crescimento da força de trabalho e da folha salarial do Ministério Público da União foi significativamente inferior ao crescimento da RCL, a qual reflete o comportamento da economia, mesmo com a alocação de novos cargos nos citados ramos.

Outro não é o cenário no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, cujo limite está fixado em 0,092%, nos termos do Decreto nº 6.6334/2007, sendo que a despesa com pessoal em relação à RCL do referido ramo apresentou redução do índice de 0,0654% em 2009 para 0,0536% em 2012, com apuração no primeiro trimestre de 2014 em 0,0579%.

Verifica-se, pois, que o Ministério Público da União tem margem suficiente para implementar todos os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que impliquem em impacto orçamentário e financeiro, observados os limites definidos para despesa com pessoal, inclusive o limite de alerta definido no inciso II do §1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, requer-se o apoio dos Excelentíssimos Senhores e Senhoras Membros do Congresso Nacional para a aprovação do Projeto de Lei incluso.


Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

Ofício nº 1658

Brasília, 16 de dezembro de 2014


A Sua Excelência o Senhor
Deputado MÁRIO FEITOZA
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
Câmara dos Deputados

Assunto: Relatório

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a cópia dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes à estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 7919/2014 de reajuste dos vencimentos dos servidores do Ministério Público da União.

Atenciosamente,


RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO [LC 101/2000, Arts. 16 e 17]

	2015	2016	2017	2018	2019
DESPESA OBRIGATORIA DE CARÁTER CONTINUADO					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	336.213.830	602.815.623	920.447.116	1.257.519.292	1.375.612.387
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0	0	0	0	0
TOTAL	336.213.830	602.815.623	920.447.116	1.257.519.292	1.375.612.387

3) AFERIÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 101/2000 (Limite Legal - arts. 19 e 20, I, d. Limite Prudencial - Art. 22, Parágrafo Único)

	2015	2016	2017	2018
DESPESA ATUAL COM PESSOAL (dotação para 2015, deduzida das fontes 156 e 169) (*) (**)	3.079.415.137	3.154.482.025	3.154.482.025	3.154.482.025
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE	336.213.830	602.819.623	920.447.116	1.257.519.292
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	3.415.628.967	3.757.301.648	4.074.929.141	4.412.001.317
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	763.139.282.999	808.327.639.979	857.463.298.378	908.311.096.280
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)	0,4476%	0,4445%	0,4752%	0,4854%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)	4.578.835.698	4.853.565.840	5.144.775.790	5.453.466.578
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	4.349.893.913	4.610.887.548	4.887.540.801	5.180.793.249
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	933.864.946	853.585.900	812.611.660	768.791.932

* Conforme a 6ª edição do Manual de Elaboração do RG, aprovada pela Portaria STN/MF nº 632, de 20/08/2006, ps. 31, foram deduzidas as despesas de pessoal nas fontes 156 e 169, destinadas ao pagamento de aposentadoria e pensões, foi considerada a dotação referente à alteração da estrutura de carreira e aumento de remuneração, incluída dentro, a dotação referente ao MPDFT.

** Foi considerada a dotação prevista no PLOA 2015.

	2019	2020
DESPESA ATUAL COM PESSOAL (dotação para 2015, deduzida das fontes 156 e 169) (*) (**)	3.154.482.025	3.154.482.025
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE	1.375.612.387	1.375.612.387
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	4.530.094.412	4.530.094.412
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	963.445.762.057	1.021.252.507.781
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)	0,4702%	0,4436%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)	5.780.674.572	6.127.515.047
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	5.491.640.844	5.821.139.294
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	961.546.432	1.291.044.883

COMENTÁRIO:

O presente documento é uma proposta de projeto de lei, não possui caráter vinculativo e não representa o posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) do Senado Federal.



ANÁLISE DA PROPOSTA DE REAJUSTE DO SUBSÍDIO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA E DOS SERVIDORES DO MPU



Formulário de Controle de Alterações - Anexo 15, 16, 17 e 18 do MP

FUNDAMENTO LEGAL: PLS 7.918/14 e 7.919/2014

ÓRGÃO INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (exceto MPDFT)

A) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS				CARGOS EM COMISSÃO (CC)		FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)			
Tipo	ATIVO	INATIVO	TOTAL	Anexo V (2014 e 2015)	Tipo	QUANT.	Tipo	QUANT.	
Analista	C13	885	203	1.088	-	CC-01 OPÇÃO	256	FC-01 OPÇÃO	1.025
	C12	70	1	71	-	CC-01 INTEGRAL	60	FC-01 INTEGRAL	15
	C11	20	3	23	-	CC-02 OPÇÃO	1.057	FC-02 OPÇÃO	2.298
	C10	132	-	132	-	CC-02 INTEGRAL	825	FC-02 INTEGRAL	24
	C09	118	-	118	-	CC-03 OPÇÃO	300	FC-03 OPÇÃO	680
	B08	272	1	273	-	CC-03 INTEGRAL	51	FC-03 INTEGRAL	1
	B07	344	1	345	-	CC-04 OPÇÃO	118		
	B06	376	-	376	-	CC-04 INTEGRAL	46		
	B05	42	2	44	-	CC-05 OPÇÃO	197		
	B04	170	-	170	-	CC-05 INTEGRAL	53		
Técnico	A03	179	-	179	-	CC-06 OPÇÃO	48		
	A02	321	-	321	-	CC-06 INTEGRAL	9		
	A01	982	-	982	581	CC-07 OPÇÃO	3		
	C13	3.088	1.076	4.164	-	CC-07 INTEGRAL	-		
	C12	167	3	170	-				
	C11	82	2	84	-				
	C10	337	5	342	-				
	C09	317	-	317	-				
	B08	446	2	448	-				
	B07	587	1	588	-				
Subtotal I	B06	664	2	666	-				
	B05	103	3	106	-				
	B04	525	2	527	-				
	A03	400	6	406	-				
	A02	601	-	601	-				
	A01	1.262	-	1.262	449				
	PGR	12.550	1.313	13.863	1.030				
	PGR	1	-	1	-				
	SUB PGR/PGIM/ SUB PGM/PGI/PGT E SUB PGT	110	205	315	-				
	PRPR/PI/PI/PT	373	277	650	-				
Subtotal II	PR/PI/PI/PT	1.458	128	1.586	192				
	PR/PI/PI/PT	-	-	-	-				
	PR/PI/PI/PT (Ingressos 2015)	91	-	91	-				
	PR/PI/PI/PT (Ingressos 2015)	-	-	-	-				
	PR/PI/PI/PT (Ingressos 2015)	-	-	-	-				
	PR/PI/PI/PT (Ingressos 2015)	-	-	-	-				
	PR/PI/PI/PT (Ingressos 2015)	-	-	-	-				
	PR/PI/PI/PT (Ingressos 2015)	-	-	-	-				
	PR/PI/PI/PT (Ingressos 2015)	-	-	-	-				
	PR/PI/PI/PT (Ingressos 2015)	-	-	-	-				
Subtotal III	Subtotal II	2.033	610	2.643	192				
	Subtotal II	14.583	1.523	16.106	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				
Total em 2015				16.506	1.222				

B) CARGOS DE MEMBROS

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei		1º Exercício Subsequente		2º Exercício Subsequente	
		nº de meses →		2015		2016		2017	
		Ano →	12	2015	2016	2016	2017	2017	2017
a) REMUNERAÇÃO MENSAL (SUBSÍDIO)	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		11.585.535	11.585.535	11.585.535	11.585.535	11.585.535	11.585.535
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		139.026.424	139.026.424	139.026.424	139.026.424	139.026.424	139.026.424
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		11.585.535	11.585.535	11.585.535	11.585.535	11.585.535	11.585.535
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. Mensal x físico ativo) x 1,56		13.762.553	13.762.553	13.762.553	13.762.553	13.762.553	13.762.553
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		164.374.513	164.374.513	164.374.513	164.374.513	164.374.513	164.374.513
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x meses+1) x 8,5%		906.535	906.535	906.535	906.535	906.535	906.535
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)-c)-base Funpresp) x		23.492.965	23.492.965	23.492.965	23.492.965	23.492.965	23.492.965
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g		358.774.014	358.774.014	358.774.014	358.774.014	358.774.014	358.774.014

C) CARGOS EFETIVOS

IMPACTO		Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei		Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	
Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	1ª parcela (20%)		2ª parcela (15%)	
		nº de meses →		TOTAL	
		Ano →	2	2015	2016
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	12.946.034	2015	2016
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	25.892.068		13.180.126
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	12.946.034		158.161.508
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	3.878.183		9.885.094
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	42.716.286		2.966.899
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	227.499		72.162.559
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)-c)-base Funpresp) x	5.383.581		414.617
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g	48.327.366		11.328.514
					83.905.690

IMPACTO		Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei				Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei					
				3ª parcela (15%)		TOTAL		1º, 2º e 3ª parcelas (50%)		4ª parcela (15%)			
				1	2016	2016	2017	2017	2017	2017	2017		
			nº de meses → Ano →										
			a = (rem. mensal x físico)		9.885.094	33.403.164	33.403.164	10.020.949	10.020.949	10.020.949	10.020.949	10.020.949	10.020.949
			b = a x nº de meses		9.885.094	400.837.967	400.837.967	60.125.695	60.125.695	60.125.695	60.125.695	60.125.695	60.125.695
			c = a		9.885.094	33.403.164	33.403.164	10.020.949	10.020.949	10.020.949	10.020.949	10.020.949	10.020.949
			d = (rem. mensal x físico de ativo)/3		2.966.899	9.889.665	9.889.665	3.011.972	3.011.972	3.011.972	3.011.972	3.011.972	3.011.972
			e = b + c + d		22.737.088	270.197.146	270.197.146	444.281.038	444.281.038	444.281.038	444.281.038	444.281.038	444.281.038
			f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%		118.462	1.559.749	1.559.749	2.553.722	2.553.722	2.553.722	2.553.722	2.553.722	2.553.722
			g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)-c)-base Funpresp) x		2.304.264	43.176.264	43.176.264	75.115.209	75.115.209	75.115.209	75.115.209	75.115.209	75.115.209
			h = e + f + g		25.159.814	314.933.158	314.933.158	521.949.968	521.949.968	521.949.968	521.949.968	521.949.968	521.949.968
									</				



IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo nº de meses → Ano →	Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei				
			5ª parcela (15%)				
			TOTAL	2017	2018	2019	2020
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		10.020.949	54.617.411	54.617.411	13.654.353
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		10.020.949	655.408.932	655.408.932	81.926.117
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		10.020.949	53.445.062	54.617.411	13.654.353
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3		3.011.972	16.063.851	16.453.936	4.113.484
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		23.053.970	540.493.525	776.480.279	99.693.953
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%)		117.864	3.084.110	4.256.744	573.023
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses) - c) - base Funpresp) x		2.345.475	88.983.017	122.917.583	15.711.244
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g		25.537.210	832.560.652	853.654.607	115.976.721

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo nº de meses → Ano →	Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei				
			1ª Exercício Subsequente				
			TOTAL	2018	2019	2020	2021
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		737.335.049	69.581.751	69.581.751	69.581.751
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		68.271.764	834.981.034	834.981.034	834.981.034
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		20.567.420	69.581.751	69.581.751	69.581.751
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3		826.174.233	21.002.910	21.002.910	21.002.910
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		4.829.768	925.565.675	925.565.675	925.565.675
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%)		138.628.827	5.542.904	5.542.904	5.542.904
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses) - c) - base Funpresp) x		969.632.828	156.617.343	156.617.343	156.617.343
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g		1.087.725.923	1.087.725.923	1.087.725.923	1.087.725.923



D) CARGOS EM COMISSÃO (CC) E FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	o exercício da entrada em	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente	3º Exercício Subsequente
		Ano →	2015	2016	2017	2018
a) GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIOS DE CARGOS						
		a = (rem. mensal x fuso)	jan/15	jan/16	jan/17	
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	nº de meses →	12	12	12	
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	6.887.875	6.887.875	6.887.875	
d) FERIAS	3.3.1.90.11	c = a	82.654.497	82.654.497	82.654.497	
e) INSS (servidor em vínculo)	3.3.1.90.13	d = a/3	6.887.875	6.887.875	6.887.875	
f) IMPACTO ANUAL TOTAL	3.3.1.90.11	e = (rem. mensal x fuso de ativo x meses x 0,2) *	7.225.358	7.225.358	7.225.358	
		f = b + c + d + e	7.274.121	7.274.121	7.274.121	
			99.112.451	99.112.451	99.112.451	

* INSS calculado sobre os Cargos em Comissão Integral

E) BENEFÍCIOS (despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme Art. 17 da LRF)

Benefícios	Natureza da Despesa	Benefícios	Qte de beneficiários em	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei
			2016	2015	2016	2017
a) Auxílio Alimentação	3.3.3.90.46			0,00	0,00	0,00
b) Auxílio Transporte	3.3.3.90.49			0,00	0,00	0,00
c) Auxílio Presencial	3.3.3.90.08			0,00	0,00	0,00
d) Assistência Médica e Odontológica	3.3.3.90.39			0,00	0,00	0,00
e) TOTAL MENSAL DE BENEFÍCIOS	e = a + b + c + d			0,00	0,00	0,00
f) TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS	f = e x 12 de meses			0,00	0,00	0,00

F) ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO (Art. 16 e 17 da LRF)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei
		nº de meses →	2015	2016	2017	2018
a) REMUNERAÇÃO ANUAL						
b) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	a = B(b) + C(b) + D(b)	247.272.989	449.038.088	692.665.533	959.015.970
c) FERIAS	3.3.1.90.11	b = B(c) + C(c) + D(c)	31.419.444	51.423.724	71.918.472	86.745.174
d) SOMA	3.3.1.90.11	c = B(d) + C(d) + D(d)	19.936.695	25.948.176	32.122.362	36.625.932
e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	d = a + b + c	298.529.128	526.409.989	796.706.367	1.082.387.075
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	e = B(e) + C(e)	28.876.546	66.669.229	112.475.983	162.121.793
g) INSS	3.3.1.90.13	f = B(f) + C(f)	1.134.035	2.466.284	3.900.645	5.736.303
h) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		h = d + e + f + g	7.274.121	7.274.121	7.274.121	7.274.121
i) BENEFÍCIOS		i = E(f)	336.213.830	602.819.623	920.447.116	1.257.519.292
j) IMPACTO ANUAL TOTAL	Vera Quadro E	j = h + i	336.213.830	602.819.623	920.447.116	1.257.519.292



IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		19 Exercício Subsequente	20 Exercício Subsequente
		nº de meses →			
		Ano →		2019	2020
REMUERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = B(b) + C(b) + D(b)	1.056.661.936	1.056.661.936	
	3.3.1.90.11	b = B(c) + C(c) + D(c)	88.055.161	88.055.161	
	3.3.1.90.11	c = B(d) + C(d) + D(d)	37.061.421	37.061.421	
	3.3.1.90.11	d = a + b + c	1.181.778.518	1.181.778.518	
	3.3.1.91.13	e = B(g) + C(g)	180.110.309	180.110.309	
	3.3.1.90.07	f = B(f) + C(f)	6.449.440	6.449.440	
	3.3.1.91.13	g = D (c)	7.274.121	7.274.121	
TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		h = d + e + f + g	1.375.612.387	1.375.612.387	
BENEFÍCIOS	Veja Quadro E	i = E(f)	0	0	
IMPACTO ANUAL TOTAL		j = h + i	1.375.612.387	1.375.612.387	

6) AVERSIÃO DOS LIMITES DA LRF (Conforme Art. 19 da LRF)

ITEMS	Memória de Cálculo	Limites LRF
a) ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	a = Item (h)do Quadro (f)	396.213.890
b) DOTACÃO DE PESSOAL PLOA 2015	b = Dotação prevista no PLOA 2015 (deduzidas as fontes 156 e 169)	3.079.815.137
c) DESPESA DE PESSOAL PREVISTA	c = a + b	3.415.029.027
d) LIMITE LEGAL LRF (% da LRF)	d = Receita Corrente Líquida 01/01/2015 a 31/12/2015 (projeção)	4.578.835.688
e) LIMITE PRUDENCIAL	e = d x 95%	4.349.893.903
f) MARGEM RESIDUAL (não utilizada)	f = d - c	1.162.806.721



ANÁLISE DA PROPOSTA DE REAUSTE DOS MEMBROS E SERVIDORES DO MPU

RELATÓRIO	
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO PARA O ANO 2015	
428.000,00 (R\$) - LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL (LDB, LRF)	

Órgão Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Fundamento Legal: Projetos de Lei nºs 7.918/14 e 7.919/2014.

3) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS - base março/outubro				CARGOS EM COMISSÃO (CQ) - base junho		FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC) - base junho		
TIPO	ATIVO	INATIVO	TOTAL	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.	
Analista	C13	68	27	95	CC-01 OPÇÃO	102	FC-01 OPÇÃO	129
	C12	4	-	4	CC-01 INTEGRAL	4	FC-01 INTEGRAL	-
	C11	1	1	2	CC-02 OPÇÃO	169	FC-02 OPÇÃO	416
	C10	25	-	25	CC-02 INTEGRAL	37	FC-02 INTEGRAL	-
	C09	8	-	8	CC-03 OPÇÃO	52	FC-03 OPÇÃO	250
	B08	9	-	9	CC-03 INTEGRAL	2	FC-03 INTEGRAL	-
	B07	18	-	18	CC-04 OPÇÃO	12	-	-
	B06	218	-	218	CC-04 INTEGRAL	-	-	-
	B05	15	-	15	CC-05 OPÇÃO	8	-	-
	B04	29	-	29	CC-05 INTEGRAL	3	-	-
	A03	29	-	29	CC-06 OPÇÃO	-	-	-
	A02	62	-	62	CC-06 INTEGRAL	-	-	-
Técnico	A01	227	-	227	CC-07 OPÇÃO	-	-	-
	C13	325	79	404	CC-07 INTEGRAL	-	-	-
	C12	5	-	5	-	-	-	-
	C11	2	-	2	-	-	-	-
	C10	21	-	21	-	-	-	-
	C09	20	-	20	-	-	-	-
	B08	19	-	19	-	-	-	-
Subtotal I	B07	11	-	11	-	-	-	-
	B06	161	-	161	-	-	-	-
	B05	5	-	5	-	-	-	-
	B04	18	-	18	-	-	-	-
	A03	54	-	54	-	-	-	-
	A02	91	-	91	-	-	-	-
	A01	265	-	265	-	-	-	-
	Subtotal I	1.7738	106	1.8844	-	-	-	-
	Subtotal II	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal III	1	-	1	-	-	-	-
	Subtotal IV	39	76	115	-	-	-	-
	Subtotal V	272	40	312	-	-	-	-
Subtotal VI	81	1	82	-	-	-	-	
Subtotal VII	Subtotal VII	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal VIII	31	-	31	-	-	-	-
	Subtotal IX	424	117	541	-	-	-	-
Subtotal VIII	Subtotal VIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal IX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal IX	Subtotal IX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal X	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal X	Subtotal X	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XI	Subtotal XI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XII	Subtotal XII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XIII	Subtotal XIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XIV	Subtotal XIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XV	Subtotal XV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XVI	Subtotal XVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XVII	Subtotal XVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XVIII	Subtotal XVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XIX	Subtotal XIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XX	Subtotal XX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXI	Subtotal XXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXII	Subtotal XXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXIII	Subtotal XXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXIV	Subtotal XXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXV	Subtotal XXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXVI	Subtotal XXVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXVII	Subtotal XXVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXVIII	Subtotal XXVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXIX	Subtotal XXIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXX	Subtotal XXX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXI	Subtotal XXXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXII	Subtotal XXXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXIII	Subtotal XXXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXIV	Subtotal XXXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXV	Subtotal XXXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXVI	Subtotal XXXVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXVII	Subtotal XXXVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXVIII	Subtotal XXXVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XXXIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XXXIX	Subtotal XXXIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XL	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XL	Subtotal XL	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLI	Subtotal XLI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLII	Subtotal XLII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLIII	Subtotal XLIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLIV	Subtotal XLIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLV	Subtotal XLV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLVI	Subtotal XLVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLVII	Subtotal XLVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLVIII	Subtotal XLVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal XLIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal XLIX	Subtotal XLIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal L	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal L	Subtotal L	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LI	Subtotal LI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LII	Subtotal LII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LIII	Subtotal LIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LIV	Subtotal LIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LV	Subtotal LV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LVI	Subtotal LVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LVII	Subtotal LVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LVIII	Subtotal LVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LVIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LVIX	Subtotal LVIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LX	Subtotal LX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXI	Subtotal LXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXII	Subtotal LXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXIII	Subtotal LXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXIV	Subtotal LXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXV	Subtotal LXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXVI	Subtotal LXVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXVII	Subtotal LXVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXVIII	Subtotal LXVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXIX	Subtotal LXIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXX	Subtotal LXX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXI	Subtotal LXXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXII	Subtotal LXXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXIII	Subtotal LXXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXIV	Subtotal LXXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXV	Subtotal LXXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXVI	Subtotal LXXVI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXVII	Subtotal LXXVII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXVIII	Subtotal LXXVIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXIX	Subtotal LXXIX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXX	Subtotal LXXX	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXXI	Subtotal LXXXI	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXXII	Subtotal LXXXII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXXIII	Subtotal LXXXIII	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
Subtotal LXXXIV	Subtotal LXXXIV	2.162	223	2.385	-	-	-	-
	Subtotal LXXXV	2.162	223	2.385	-	-	-	-

2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (LC 131/2000, Arts. 16 e 17)

	2015	2016	2017	2018	2019
DESPESA OBRIGATORIA DE CARÁTER CONTINUANDO	55.998.856	91.383.918	134.252.364	180.154.337	197.155.956
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	0	0	0	0
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0	0	0	0	0
TOTAL	55.998.856	91.383.918	134.252.364	180.154.337	197.155.956

3) ATERÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 131/2000 (Limite Legal - Arts. 19 e 20, I, d. Limite Prudencial - Art. 22, Parágrafo Único)

	2015	2016	2017	2018	2019
DESPESA ATUAL COM PESSOAL (destinado para 2015, deduzido das fontes 256 e 168) (*)	465.864.889	479.433.770	479.433.770	479.433.770	479.433.770
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REALISTE	55.998.856	91.383.918	134.252.364	180.154.337	197.155.956
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA ATERÇÃO DE LIMITES DA LRF	521.863.844	571.417.688	613.686.134	659.588.107	676.589.726
RECITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	763.139.282.999	808.927.639.979	857.463.298.378	908.511.096.280	959.588.107.072
PARTICIPAÇÃO DO MPDPT NA RCL - (% DA RCL)	0,0684%	0,0706%	0,0716%	0,0726%	0,0726%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)	702.088.140	744.213.429	788.866.235	836.198.209	886.370.101
LIMITE PRUDENCIAL (90% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	666.983.733	700.002.757	749.422.923	794.388.298	842.051.596
MARGEM RESCISÓRIA (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	145.113.859	135.504.989	135.776.789	135.776.789	135.776.789

* Conforme a 4ª edição do Manual de Cálculo da RCL, aprovada pelo Tribunal STN/MF nº 452, de 20/09/2006, pp. 31. Foram excluídas da despesa de pessoal as fontes 256 e 168, destinadas ao pagamento de aposentadorias e pensões. Foi considerada a dedução referente à alteração da estrutura de carreira e aumento de remuneração, incluída dentro da despesa referente ao MPDPT.

** Foi considerada a Margem Prudencial no TCU 2012.

	2019	2020
DESPESA ATUAL COM PESSOAL (destinado para 2015, deduzido das fontes 256 e 168) (*)	479.433.770	479.433.770
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REALISTE	197.155.956	197.155.956
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA ATERÇÃO DE LIMITES DA LRF	676.589.726	676.589.726
RECITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	903.445.762.057	1.021.252.507.701
PARTICIPAÇÃO DO MPDPT NA RCL - (% DA RCL)	0,0703%	0,066394
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)	886.370.101	6.127.515.047
LIMITE PRUDENCIAL (90% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	842.051.596	5.821.139.294
MARGEM RESCISÓRIA (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	165.461.870	5.144.549.569



FUNDAMENTO LEGAL: PLS 7.918/14 e 7.919/2014

ÓRGÃO INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

IV) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

FUNÇÃO	TPO	CARGOS EFETIVOS		TOTAL	Área V (2014)	TPO	CARGOS EM COMISSÃO (CC)		QUANT.	FUNÇÕES COMISSONADAS (FC)		QUANT.
		ATIVO	INATIVO				TIPO	CC		TIPO	FC	
Analista	C13	68	27	95	-	CC-01 OPÇÃO	-	102	129	FC-01 OPÇÃO	-	
	C12	4	-	4	-	CC-02 INTEGRAL	-	4	4	FC-01 INTEGRAL	-	
	C11	1	-	1	-	CC-03 INTEGRAL	-	1	1	FC-02 OPÇÃO	-	
	C10	25	-	25	-	CC-02 INTEGRAL	-	189	416	FC-02 OPÇÃO	-	
	C09	8	-	8	-	CC-03 OPÇÃO	-	52	119	FC-03 OPÇÃO	-	
	D08	9	-	9	-	CC-03 INTEGRAL	-	2	259	FC-03 INTEGRAL	-	
	B07	18	-	18	-	CC-04 OPÇÃO	-	12	-	-	-	
	B06	218	-	218	-	CC-06 INTEGRAL	-	7	-	-	-	
Técnico	B05	13	-	13	-	CC-05 INTEGRAL	-	8	-	-	-	
	B04	29	-	29	-	CC-05 INTEGRAL	-	3	-	-	-	
	A03	29	-	29	-	CC-06 OPÇÃO	-	-	-	-	-	
	A02	62	-	62	-	CC-06 INTEGRAL	-	-	-	-	-	
	A01	227	-	227	112	CC-07 OPÇÃO	-	-	-	-	-	
	C13	325	79	404	-	CC-07 INTEGRAL	-	-	-	-	-	
	C12	5	-	5	-	-	-	-	-	-	-	
	C11	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	
	C10	21	-	21	-	-	-	-	-	-	-	
	C09	20	-	20	-	-	-	-	-	-	-	
	B08	19	-	19	-	-	-	-	-	-	-	
	B07	21	-	21	-	-	-	-	-	-	-	
	B06	181	-	181	-	-	-	-	-	-	-	
	B05	5	-	5	-	-	-	-	-	-	-	
	B04	18	-	18	-	-	-	-	-	-	-	
B03	54	-	54	-	-	-	-	-	-	-		
Abobal I	A02	91	-	91	-	-	-	-	-	-	-	
	A01	265	-	265	94	-	-	-	-	-	-	
	GR	1.738	106	1.844	208	-	-	-	-	-	-	
	B08 PCS/PSM/ SUB PCS/PGC/PGT E SUB PGT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	B07 PCS/PSM/ SUB PCS/PGC/PGT E SUB PGT	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
	B06 PCS/PSM/ SUB PCS/PGC/PGT E SUB PGT	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	
	B05 PCS/PSM/ SUB PCS/PGC/PGT E SUB PGT	76	312	388	-	-	-	-	-	-	-	
	B04 PCS/PSM/ SUB PCS/PGC/PGT E SUB PGT	272	40	312	-	-	-	-	-	-	-	
	IA	81	1	82	56	-	-	-	-	-	-	
	IA (Ingressos 2015)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Abobal II	IA (Ingressos 2015)	31	-	31	-	-	-	-	-	-	-	
	Abobal II	424	117	541	56	-	-	-	-	-	-	
Abobal II		2.162	223	2.385	202	Total em 2015	396	Total em 2015	795			





B) CARGOS DE MEMBROS

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		Estimativa de Impacto para o 1º exercício de entrada em vigor da Lei		1º Exercício Subsequente		2º Exercício Subsequente	
		1º de meses →	2º de meses →	2015	2016	2016	2017	2016	2017
a) REMUNERAÇÃO MENSAL (SUBSÍDIO)	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		2.313.814	2.313.814	2.313.814	2.313.814	2.313.814	2.313.814
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		27.757.768	27.757.768	27.757.768	27.757.768	27.757.768	27.757.768
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		2.313.814	2.313.814	2.313.814	2.313.814	2.313.814	2.313.814
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico ativo) x 1/56		2.803.333	2.803.333	2.803.333	2.803.333	2.803.333	2.803.333
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		32.882.916	32.882.916	32.882.916	32.882.916	32.882.916	32.882.916
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%		251.186	251.186	251.186	251.186	251.186	251.186
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.90.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses) - c) - base Funpresp) x 20%		4.603.012	4.603.012	4.603.012	4.603.012	4.603.012	4.603.012
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g		37.737.114	37.737.114	37.737.114	37.737.114	37.737.114	37.737.114

Q) CARGOS EFETIVOS

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		Estimativa de Impacto para o 1º exercício de entrada em vigor da Lei		1º Exercício Subsequente		2º Exercício Subsequente	
		1º de meses →	2º de meses →	2015	2016	2016	2017	2016	2017
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		1.727.209	1.727.209	1.727.209	1.727.209	1.727.209	1.727.209
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		20.726.508	20.726.508	20.726.508	20.726.508	20.726.508	20.726.508
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		1.727.209	1.727.209	1.727.209	1.727.209	1.727.209	1.727.209
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo) / 3		538.601	538.601	538.601	538.601	538.601	538.601
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		22.992.317	22.992.317	22.992.317	22.992.317	22.992.317	22.992.317
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%		45.017	45.017	45.017	45.017	45.017	45.017
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.90.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses) - c) - base Funpresp) x 20%		712.932	712.932	712.932	712.932	712.932	712.932
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g		23.750.266	23.750.266	23.750.266	23.750.266	23.750.266	23.750.266

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		Estimativa de Impacto para o 2º exercício de entrada em vigor da Lei		1º Exercício Subsequente		2º Exercício Subsequente	
		1º de meses →	2º de meses →	2016	2017	2016	2017	2016	2017
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		1.338.139	1.338.139	1.338.139	1.338.139	1.338.139	1.338.139
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		16.056.668	16.056.668	16.056.668	16.056.668	16.056.668	16.056.668
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		1.338.139	1.338.139	1.338.139	1.338.139	1.338.139	1.338.139
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo) / 3		414.687	414.687	414.687	414.687	414.687	414.687
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		17.809.494	17.809.494	17.809.494	17.809.494	17.809.494	17.809.494
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%		23.443	23.443	23.443	23.443	23.443	23.443
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.90.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses) - c) - base Funpresp) x 20%		384.248	384.248	384.248	384.248	384.248	384.248
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g		18.417.185	18.417.185	18.417.185	18.417.185	18.417.185	18.417.185

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		Estimativa de Impacto para o 3º exercício de entrada em vigor da Lei		1º Exercício Subsequente		2º Exercício Subsequente	
		1º de meses →	2º de meses →	2017	2018	2017	2018	2017	2018
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		1.337.939	1.337.939	1.337.939	1.337.939	1.337.939	1.337.939
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		16.055.268	16.055.268	16.055.268	16.055.268	16.055.268	16.055.268
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		1.337.939	1.337.939	1.337.939	1.337.939	1.337.939	1.337.939
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo) / 3		414.687	414.687	414.687	414.687	414.687	414.687
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		17.807.903	17.807.903	17.807.903	17.807.903	17.807.903	17.807.903
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%		23.326	23.326	23.326	23.326	23.326	23.326
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.90.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses) - c) - base Funpresp) x 20%		384.248	384.248	384.248	384.248	384.248	384.248
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g		18.415.805	18.415.805	18.415.805	18.415.805	18.415.805	18.415.805

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		TOTAL	1º Exercício Subsequente		2º Exercício Subsequente	
		1º de meses →	Ano →		12	2019	12	2020
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)				9.415.521		9.415.521
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		99.025.132		112.986.256		112.986.256
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		9.415.521		9.415.521		9.415.521
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3		2.869.614		2.951.666		2.951.666
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		111.004.110		125.353.444		125.353.444
f) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.90.07	f = [(rem. mensal x físico de ativo x (meses+1)) x 8,5%		955.950		1.097.211		1.097.211
g) INSS (servidor sem vínculo)	3.3.1.90.13	g = [(rem. mensal x físico de ativo x (meses+1) x (base INSSes)) x 20%		21.186.721		21.186.721		21.186.721
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g		130.835.757		147.837.376		147.837.376

D) CARGOS EM COMISSÃO (CQ) E FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		TOTAL	1º Exercício Subsequente		2º Exercício Subsequente	
		1º de meses →	Ano →		12	2019	12	2020
a) GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIOS DE CARGOS	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)				856.895		856.895
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		10.282.741		10.282.741		10.282.741
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		856.895		856.895		856.895
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = a/3		285.632		285.632		285.632
e) INSS (servidor sem vínculo)	3.3.1.90.13	e = [(rem. mensal x físico de ativo x (meses+1) x (base INSSes)) x 20%		356.198		356.198		356.198
f) IMPACTO ANUAL TOTAL		f = b + c + d + e		11.781.466		11.781.466		11.781.466

* INSS calculado sobre o Cargo em Comissão Integral

E) BENEFÍCIOS (Despesas Obrigatórias de Caráter Continuidade, conforme Art. 17 da LRF)

Benefícios	Natureza da Despesa	Benefícios	Cota de Beneficiários em 2015	Cota de Beneficiários em 2016	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei		Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	
					2015	2016	2015	2016
a) Auxílio Alimentação	3.3.3.90.46				0,00	0,00	0,00	0,00
b) Auxílio Transporte	3.3.3.90.49				0,00	0,00	0,00	0,00
c) Férias	3.3.3.90.08				0,00	0,00	0,00	0,00
d) Auxílio Pré-escolar	3.3.3.90.39				0,00	0,00	0,00	0,00
e) Assistência Médica e Odontológica					0,00	0,00	0,00	0,00
f) TOTAL MENSAL DE BENEFÍCIOS	e = a + b + c + d				0,00	0,00	0,00	0,00
g) TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS	f = e x nº de meses				0,00	0,00	0,00	0,00

F) ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO (Art. 16 e 17 da LRF)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		TOTAL	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei		Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	
		1º de meses →	Ano →		2015	2016	2015	2016
a) RESCUMENÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = (b) + (c) + (d) + (e)		41.504.377		68.595.701		100.931.635
b) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = (b) + (c) + (d) + (e)		4.898.618		7.597.838		10.306.383
c) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = (b) + (c) + (d) + (e)		3.627.566		4.471.254		5.318.050
d) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.90.13	d = (b) + (c) + (d) + (e)		50.030.511		80.664.793		116.556.007
e) FUNPRESP	3.3.1.90.07	e = (b) + (c) + (d) + (e)		5.385.254		10.403.152		16.478.541
f) INSS	3.3.1.90.13	f = (b) + (c) + (d) + (e)		356.198		356.198		356.198
g) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		g = f + e + d + c + b + a		55.988.855		91.985.998		134.252.364
h) BENEFÍCIOS		h = f + g		0		0		0
i) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = h + g		55.988.855		91.985.998		134.252.364



IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		2º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
		1º de maio ->	Ano ->		
a) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = b(b) + c(b) + d(b)	2019	151.034.766	151.034.766
b) 13ª SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = b(c) + c(c) + d(c)	2019	12.586.230	12.586.230
c) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = b(d) + c(d) + d(d)	2019	6.040.631	6.040.631
d) SOMA	3.3.1.90.11	d = a + b + c	2019	169.661.627	169.661.627
e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	e = b(e) + c(e)	2019	25.789.733	25.789.733
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = b(f) + c(f)	2019	1.348.397	1.348.397
g) OUTROS	3.3.1.91.13	g = d(e)	2019	356.198	356.198
h) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		h = d + e + f + g	2019	197.155.956	197.155.956
i) BENEFÍCIOS		i = h + 41	2019	0	0
II) IMPACTO ANUAL TOTAL			2019	197.155.956	197.155.956

G) AVERSIÃO DOS LIMITES DA LRF (Conforme Art. 19 da LRF)

ITEMS	Memória de Cálculo	Limites LRF
a) ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	a = Item (b) do Quadro (F)	55.998.856
b) DOTAÇÃO DE PESSOAL PLOA 2015	b = Dotação prevista no PLOA 2015 (deduzidas as fontes 156 e 169)	455.864.989
c) DESPESA DE PESSOAL PREVISTA	c = a + b	521.863.844
d) LIMITE LEGAL LRF (% da LRF)	d = Receita Corrente Líquida	702.086.140
e) LIMITE PRUDENCIAL	e = d x 95%	666.983.733
f) MARGEM RESIDUAL (não utilizada)	f = d - e	180.224.296



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: [\(Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

.....

Art. 7º Observado o disposto no [art. 37, XI, da Constituição Federal](#), os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens

posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: [\(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Vide Decreto nº 4.493, de 3.12.2002\)](#) [\(Regulamento\)](#)

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; [\(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91\)](#)

II - em casos previstos em leis específicas. [\(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91\)](#)

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Art. 29. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.

.....

LEI Nº 11.415, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga a Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, e a Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, e dá outras providências.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no **DSF**, de 26/5/2015

Secretaria de Editoração e Publicações – Brasília-DF
OS: 12347/2015